

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO – UNIBRA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

MARIA VANUZIA OLIVEIRA E SILVA
PAULA THAIS BEZERRA VASCONCELOS
PRISCILA KALINE DE ARRUDA PEREIRA

**A ENFERMAGEM FRENTE AO COMBATE DA
MORBIMORTALIDADE ATRAVÉS DO PROGRAMA
NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO**

RECIFE/2021

MARIA VANUZIA OLIVEIRA E SILVA
PAULA THAIS BEZERRA VASCONCELOS
PRISCILA KALINE DE ARRUDA PEREIRA

**A ENFERMAGEM FRENTE AO COMBATE DA
MORBIMORTALIDADE ATRAVÉS DO PROGRAMA
NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,
como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em
enfermagem.

Professor Orientador: Me. Carlos Henrique Tenório Almeida do
Nascimento

RECIFE/2021

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

S586e Silva, Maria Vanuzia Oliveira e
A enfermagem frente ao combate da morbimortalidade através do
programa nacional de imunização. / Maria Vanuzia Oliveira e Silva, Paula
Thais Bezerra Vasconcelos, Priscila Kaline de Arruda Pereira. - Recife: O
Autor, 2021.

29 p.

Orientador(a): Me. Carlos Henrique Tenório Almeida do Nascimento.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Bacharelado em Enfermagem, 2021.

Inclui Referências.

1. Programa nacional de vacinação. 2. Enfermagem. 3. Cobertura
vacinal. 4. Movimento contra a vacina. 5. Programa de Imunização. I.
Vasconcelos, Paula Thais Bezerra. II. Pereira, Priscila Kaline de Arruda. III.
Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. IV. Título.

CDU: 616-083

*Dedicamos esse trabalho ao nosso Deus,
aos familiares e a Anne Vasconcelos e Hilton
Silva, que nos acompanharam nessa trajetória do
saber. Com essa união conseguimos realizar
esse sonho.*

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus sem ele nada disso ocorreria e aos nossos pais e conjugues por ter nos acompanhado nessa jornada, desse sonho realizando hoje, com apertos, porém nunca esquecendo de sorrir em cada batalha realizada, que nos possibilitou a sermos profissionais humanizados para realizar uma assistência de enfermagem com qualidade, demonstrando amor, dedicação e empatia com as pessoas que passarem pelos nossos cuidados

Agradecemos a nossa coordenadora por todo incentivo, por estar presente , desenvolvendo um excelente trabalho pedagógico voltado a formação de profissionais qualificados, para presta ações de enfermagem modernizada , voltada para segurança do paciente. .

Ao meu orientador bastante perspicaz , responsável, dinâmico , com extremo domínio do conteúdo por sempre nos animar nesse caminho, dedicando tempo e paciência em suas orientações quanto ao trabalho realizado. Sua alegria e leveza foram alavanque para o desenvolvimento desse projeto.

*“A grandeza da vida não consiste em cair
nunca, mas em nos levantamos cada vez que
caímos.”(Nelson Mandela)*

Sumário

1 INTRODUÇÃO	8
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	11
3 REFERENCIAL TEÓRICO	11
3.2 Calendário Nacional de Vacinação 2020.....	12
3.3 Sala de Vacina	14
3.4 Identificar a importância do enfermeiro dentro da sala de vacina.....	15
3.5 O enfermeiro na atenção básica no processo da cobertura vacinal	17
3.6 O impacto na morbimortalidade das doenças imunopreveníveis, avaliando os fatores que permitem o recrudescimento dessas doenças.....	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26

A ENFERMAGEM FRENTE AO COMBATE DA MORBIMORTALIDADE ATRAVÉS DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO

Maria Vanuzia Oliveira E Silva
Paula Thais Bezerra Vasconcelos
Priscila Kaline De Arruda Pereira
Carlos Henrique Tenório Almeida do Nascimento¹

Resumo: O Programa Nacional de Imunização tem como objetivo coordenar ação de imunização para reduzir a taxa de morbimortalidade por doenças imunopreveníveis no Brasil. Atualmente, o Calendário Nacional de Vacinação oferta 19 tipos de vacinas para combater mais de 20 tipos de doenças, o que é considerado como uma das maiores conquistas do Sistema Único de Saúde. O enfermeiro deve participar de todos os processos voltados para a imunização da população, entre eles capacitar a equipe de enfermagem que atua na sala de vacina, organizar as campanhas de vacinação, analisar os índices de cobertura vacinal e realizar a vigilância epidemiológica das doenças imunopreveníveis, garantindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças e/ou agravos e a educação em saúde dos usuários. O objetivo geral do estudo é analisar a atuação da enfermagem frente ao combate da morbimortalidade através do Programa Nacional de Imunização, apresenta como objetivos específicos identificar a importância do enfermeiro dentro da sala de vacina, detalhar a atuação do enfermeiro na atenção básica no processo de cobertura vacinal e descrever o impacto na morbimortalidade das doenças imunopreveníveis, identificando os fatores que permitem o recrudescimento dessas doenças. Trata-se de uma revisão integrativa onde serão analisados artigos disponíveis nas bases de dados SCIELO, LILACS, BIREME, PUBMED e BVS, de 2016 a 2021. Como resultado verificamos que a enfermagem contribui de forma positiva através das ações realizadas na atenção básica na redução da morbimortalidade por doenças que podem ser prevenidas por meio da administração de imunobiológicos do Programa Nacional de Imunização.

Palavras-chave: Programa Nacional de Vacinação. Enfermagem. Cobertura Vacinal. Movimento Contra Vacinação. Programa de Imunização.

1 INTRODUÇÃO

Em 1973 foi formulado o Programa Nacional de Imunização (PNI), sendo institucionalizado em 1975 com o objetivo de coordenar ações de imunizações para reduzir as taxas de morbimortalidade por doenças imunopreveníveis no Brasil,

¹ Professor (a) da UNIBRA Me E- mail : Henrique _almeida89@hotmail.com,

contudo para que essa redução seja possível se faz necessário um elevado índice de cobertura vacinal (ICV) através de conhecimento, educação permanente e práticas eficientes adotadas pela equipe de enfermagem (TEIXEIRA, 2019).

O PNI é avaliado como uma das mais importantes ações em saúde pública no Brasil, pois organiza a política nacional de vacinação para toda a população, o que garante imunização ativa ou passiva aos indivíduos, resultando na redução de casos de doenças imunopreveníveis nos últimos anos (TRINDADE, 2019).

Segundo Domingues CMAS et al (2020):

Atribui-se a sua concretização, pelo menos em parte desse sucesso, ao fato de o PNI seguir aos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS), da universalidade e equidade da atenção, bem como ao princípio organizativo de descentralização com direção única em cada esfera de governo, definidos a partir da regulamentação do SUS, pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080), de 1990.

Esse sucesso caracteriza-se por possuir uma abrangência nacional de imunização, seguindo os princípios do SUS, a disponibilizar imunobiológicos para toda a população, por abranger grupos alvos que oferta vacinas para todos os ciclos da vida, inclusive atende grupos específicos com as vacinas disponíveis nos Centros de Imunobiológicos Especiais (CRIE) e possibilita que a vacinação chegue para áreas de difícil acesso geográfico e áreas indígenas brasileiras (DOMINGUES, 2020).

Para financiar os custos com o programa de imunização é utilizado o Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), que possui o objetivo de registrar os dados de vacinação de todos os residentes do Brasil, a fim de garantir o controle do estoque de imunobiológicos necessários aos administradores que têm a incumbência de programar a sua aquisição e distribuição (BRASIL, 2020).

Por outro lado, o PNI enfrenta desafios relacionados ao seu sucesso, como as ações dos movimentos contra vacinação e o desaparecimento de algumas doenças imunopreveníveis fez com que algumas pessoas não queiram ser vacinadas, o que traz o recrudescimento destas doenças e contribui para a diminuição do ICV (SATO, 2018).

Atualmente existem poucas estratégias para evitar a hesitação vacinal no Brasil, o que se torna necessário o aumento da informação prestada à população, inclusive capacitando os profissionais da área da saúde para melhores

esclarecimentos. Pois segundo Camargo Jr. RR (2020) “combater a desinformação é uma obrigação moral dos profissionais de saúde”.

Para isso, podemos contar com a equipe da atenção básica que corresponde a porta de entrada para o SUS, onde são realizados serviços de atenção à saúde de baixa complexidade, como serviços ambulatoriais. Por exemplo, temos as Unidades da Saúde da Família (USF) que se trata de uma porta de entrada para os serviços de saúde da atenção básica, constituída pela Equipe de Saúde da Família (ESF) (TRINDADE, 2019).

Segundo a Política Nacional de Atenção Básica, portaria 2.436 de 21 de setembro de 2017, a ESF é composta por enfermeiro, médico, auxiliar ou técnico de enfermagem, um cirurgião dentista e um auxiliar ou técnico de saúde bucal. Uma das atribuições da ESF é realizar o encaminhamento da população adscrita para a vacinação, seja para início ou atualização do esquema vacinal, a fim de evitar que pessoas de grupo de risco não completem o esquema vacinal (TRINDADE, 2019).

Para que a vacinação ocorra de forma segura tanto para os profissionais como para a população, faz-se necessário que exista uma sala de vacina dentro da USF, de uso exclusivo para administração de imunobiológicos, que deve estar de acordo com o Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunização (BRASIL, 2017).

A importância do enfermeiro dentro da Unidade Básica de Saúde (UBS) vai além das atividades assistenciais, ele precisa exercer funções de coordenação, supervisão e executar a parte administrativa da unidade. Deve garantir a promoção da saúde, a prevenção de doenças e/ou agravos, à educação em saúde dos usuários, o que possibilita uma assistência integral (CERQUEIRA, 2016).

O enfermeiro deve participar de todos os processos voltados para a imunização da população. Entre eles capacitar e supervisionar a equipe de enfermagem que atua na sala de vacinas, organizar as campanhas de vacinação, analisar os índices de cobertura vacinal, realizar a vigilância epidemiológica das doenças imunopreveníveis, entre outros (CERQUEIRA, 2016).

Visando identificar as atribuições do enfermeiro dentro da USF com ênfase na vacinação, o estudo pretende descrever como a enfermagem contribui para a redução da morbimortalidade através do Programa Nacional de Imunização, apesar de

enfrentar barreiras como o movimento anti-vacina que permite o recrudescimento das doenças imunopreveníveis.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura extraída da base de dados on-line Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e manuais governamentais do Ministério da Saúde no período de 2016 a 2021, exceto os documentos governamentais que orientam o PNI pois algumas normativas passam por longos períodos de inalteração. A ideia principal era que a curadoria de textos científicos auxiliasse na elaboração de respostas para a pergunta condutora: Como a enfermagem contribui para a redução da morbimortalidade por doenças imunopreveníveis através do Programa Nacional de Imunização?

Para mais, a fim de construir este estudo foram analisados 20 artigos que abordam o tema escolhido, por meio dos seguintes descritores: Programa Nacional de Vacinação, Enfermagem, Cobertura Vacinal, Movimento Contra Vacinação e Programa de Imunização.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: artigos em língua portuguesa disponíveis em texto completo, de relevância com o tema discutido do período de 2016 a 2021.

Foram excluídos artigos que estavam fora do período da pesquisa, que não possuíam uma abordagem geral sobre o tema e objetivo proposto e artigos que não estavam disponíveis no todo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Programa Nacional de Imunização

No início do século XX, o Brasil passava por uma grande desordem na saúde pública, onde inúmeras pessoas eram acometidas e o número de óbitos crescia cada vez mais, decorrentes da febre amarela, peste bubônica e varíola, conseqüentemente

deu início as campanhas de vacinação para a erradicação dessas doenças. Foi inegável o sucesso das Campanhas de vacinação, o que resultou na erradicação da varíola no Brasil em 1971 e, no mundo em 1977 (BRASIL, 2014).

Diante desse contexto histórico, surgiu a necessidade de organizar a vacinação, foi assim que em 1973 foi formulado o Programa Nacional de Imunização, sendo institucionalizado em 1975, com o objetivo de coordenar as ações de imunização em todo território brasileiro. Sendo regulamentado pela Lei Federal nº6.259, de 30 de outubro de 1975, e pelo decreto nº78.321, de 12 de agosto de 1976, que implementou o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), fortalecendo o PNI e destacando a vacinação (BRASIL, 2017).

Possui a finalidade de controlar, erradicar e eliminar doenças preveníveis por meio da vacinação, diminuindo o número de morbimortalidade dessas doenças através da imunização ativa ou passiva ao indivíduo desde o nascimento até o final da vida, contribuindo para redução das desigualdades sociais e regionais (CERQUEIRA, 2016).

Trata-se de um projeto descentralizado, onde o Ministério da Saúde fornece as vacinas, o estado coordena e o município é o grande executor, com prioridade de contemplar vacinação a 100% das crianças menores de um ano e completar o esquema básico de vacinação para crianças de até cinco anos de idade (TEIXEIRA, 2019).

Para custear o PNI, foi criado o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI) que deve ser alimentado pelo enfermeiro responsável da sala de vacina e devem conter informações tais como, a Apuração dos Imunobiológicos Utilizados (AIU) que permite administrar o número de doses utilizadas e as perdas físicas, entre outras informações necessárias para avaliar o PNI (BRASIL, 2017).

3.2 Calendário Nacional de Vacinação 2020

As vacinas atuam no sistema imunológico e possuem capacidade de proteger, reduzir ou combater doenças que são evitadas através da vacinação. São constituídas pelo próprio agente infeccioso e podem ser classificadas como vacinas atenuadas e

vacinas inativadas, respectivamente vacinas de vírus vivo e vacinas de vírus morto (BRASIL, 2017).

Em 1977, foi publicado o primeiro Calendário Nacional de Vacinação (CNV), constituído por quatro vacinas que eram obrigatórias e fornecidas para crianças de até um ano de idade, todavia essas ações de vacinação eram realizadas para controle de doenças específicas. Apenas em 2004, o CNV abrangeu crianças, adolescentes, adultos e idosos, o que garantiu a universalidade de vacinação no Brasil (DOMINGUES, 2020).

A lista de vacinas oferecida pelo SUS cresce ao decorrer do tempo, inicialmente foi criada a vacina contra a varíola, onde conseguiu a erradicação dessa doença. Segundo Sato (2018), “a erradicação da varíola e o controle de doenças imunopreveníveis foram possíveis em todo o mundo em virtude da vacinação, por meio de programas de imunização bem-sucedidos”.

Atualmente, o Brasil é um dos países que oferece uma grande cobertura vacinal de forma gratuita, são ofertadas 19 vacinas para combater mais de 20 doenças. O CNV é composto por vacinas definidas para cada faixa etária, com o número de doses, reforço e intervalo que devem ser administradas. Além de garantir imunização gratuita para toda a população, ele abrange desde o nascimento até o final da vida, incluindo grupos prioritários como gestantes, indígenas e viajantes (TRINDADE, 2019).

A maioria das vacinas disponíveis no CNV é para as crianças, são 15 vacinas que serão administradas antes dos 10 anos de idade. Segundo Silva (2019), “graças a imunização, previne-se cerca de 2,5 milhões de óbitos/ano, evidenciando que crianças devidamente protegidas tendem a ter um desenvolvimento mais saudável”.

O CNV da criança abrange vacinas desde as primeiras horas de vida até os cinco anos, onze meses e vinte e nove dias, trazendo imunidade para diversas doenças imunopreveníveis que são comuns nesta fase da vida. Em seguida temos a imunização dos adolescentes, onde alguns reforços serão administrados nesta etapa da vida a depender da situação vacinal e será incluída a vacina contra o papiloma vírus humano (HPV) (BRASIL, 2020).

Já na fase adulta, é essencial a imunização correta pois evita a transmissão de certas doenças para pessoas que ainda não foram imunizadas e/ou que não podem

ser vacinadas, além de garantir imunidade indireta a bebês que ainda não estão na idade de receber determinadas vacinas, estão inclusos nessa fase adultos de vinte a cinquenta e nove anos, onze meses e vinte e nove dias de idade. Logo, os idosos irão receber além das quatro vacinas do CNV correspondente as pessoas com sessenta anos ou mais, a dose anual contra a gripe (BRASIL,2020).

As mulheres na fase da gestação precisam completar o esquema vacinal para garantir imunidade para ela e o bebê. Além das três vacinas já preconizadas, também deve receber anualmente a imunização contra o vírus da gripe, durante a gravidez ou puerpério (BRASIL, 2020).

Simultaneamente as vacinas administradas por idade, a cada ano o MS promove duas campanhas de vacinação, uma contra o vírus da gripe e outra para atualização da caderneta de vacinação. Ademais, a cada quatro anos as crianças menores de 5 anos participam da campanha de vacinação contra o sarampo (BRASIL, 2020)

Além do CNV, a população pode contar com o Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais (CRIE), que têm o objetivo de fornecer imunobiológicos específicos, de alto custo que são adquiridos pelo PNI. A população contemplada com o atendimento do CRIE são grupos-alvos especiais que possui o sistema imunocompetente, imunodeprimidos, respectivamente pessoas com reações alérgicas grave a vacinas e pessoas portadoras de câncer, entre outros (BRASIL, 2019).

As atribuições do enfermeiro envolvem orientar o usuário quanto a importância da vacinação e o cumprimento dos prazos do CNV, deve preencher corretamente o cartão de vacina registrando o tipo de vacina, a data de administração, número de lote e profissional que aplicou a vacina, deve garantir o abastecimento de insumos e imunobiológicos para que não falte vacinas, entre outros (TEIXEIRA, 2019).

3.3 Sala de Vacina

Por ser uma área semicrítica a sala de vacinas deve ser exclusiva para à administração dos imunobiológicos, com a finalidade de diminuir os riscos de

contaminação para as pessoas que procuram o serviço de vacinação e para a equipe que ali atua. Como exemplo, pode ser utilizado uma sala para triagem e outra interligada apenas para o armazenamento e administração dos imunobiológicos (BRASIL, 2014).

A fim de evitar o risco de contaminação, faz-se necessário estabelecer alguns itens importantes que não podem faltar para uma adequada sala de vacinas, tais como área média a partir de 9 m², pisos e paredes lisos e laváveis, bancada para o preparo de insumos, pia adequada para lavagem das mãos dos profissionais, iluminação e temperatura adequada, tomada exclusiva para cada equipamento, equipamentos de refrigeração exclusivo para os imunobiológicos e protegidos da luz solar, sala de vacinação com boas condições de limpeza, entre outros (BRASIL, 2014).

Os imunológicos devem ser armazenados, transportados, administrados de forma correta, pois variação de luz e calor pode prejudicar seu efeito imunogênico. Sendo esse mais um motivo para que o enfermeiro esteja sempre atento quanto ao manuseio dos imunobiológicos e os registros de temperatura dos termômetros das geladeiras, que devem estar entre 2°C a 8°C (TRINDADE, 2019).

Por ser o responsável direto por tudo que acontece dentro da sala de vacina, pelos profissionais, os imunobiológicos e pelos usuários que procuram o serviço, o enfermeiro deve realizar educação permanente sobre o trabalho nesse setor, inspeção de lotes e garantir a manutenção adequada dos equipamentos necessários para o funcionamento da sala, com a finalidade de livrar-se de perdas evitáveis, por temperatura inadequada e/ou quebra de frascos (TRINDADE, 2019).

3.4 Identificar a importância do enfermeiro dentro da sala de vacina

A equipe de saúde que atua na sala de vacina deverá ser composta pelo enfermeiro que possui a função de Responsável Técnico (RT) conforme estabelecido em resolução do Conselho Federal de Enfermagem n°302/2005 e pelo técnico e/ou auxiliar de enfermagem. Sendo necessário que por turno esteja trabalhando no mínimo dois vacinadores, para isso o enfermeiro realizará o dimensionamento,

considerando o tamanho da população que a unidade de saúde atende (BRASIL, 2014).

O enfermeiro dentro da sala de vacina deverá coordenar e planejar todo o processo de imunização, que vai desde a supervisão direta dentro da sala de vacinação, a manutenção do local, a provisão de materiais e insumos, a busca dos faltosos, a educação em saúde da comunidade como também a educação permanente da equipe que atua na sala de vacina, organização das campanhas vacinais, análise do ICV, vigilância epidemiológica das doenças imunopreveníveis, deverá alimentar o SI-PNI, entre outros (CERQUEIRA, 2016).

Portanto o ato de vacinar vai além da aplicação de imunobiológicos, exige-se um grande conhecimento sobre anatomia, fisiologia e imunologia, dado que cada usuário precisa ser visto e analisado com um olhar individual, pois a administração da vacina irá depender da faixa etária, condição de saúde e histórico de vacinação, por este motivo o enfermeiro é o responsável pela sala de vacina e por tudo que ali acontece (CERQUEIRA, 2016).

O enfermeiro deverá realizar o controle dos materiais, insumos e imunobiológicos a fim de evitar perdas físicas ou até mesmo a não vacinação por falta na unidade de saúde, além de garantir a conservação ideal das vacinas, é responsável pela aquisição/manutenção dos equipamentos que ali funcionam, pela esterilização dos imunobiológicos inutilizados de natureza atenuada garantindo o descarte adequado, supervisionar o trabalho da equipe de limpeza a fim de garantir a organização do local (CERQUEIRA, 2016).

Assim como, é de sua responsabilidade a atualização do mapa de vacina, através do registro das atividades para que seja realizado o controle e a avaliação dos imunobiológicos administrados, com a finalidade de acompanhar, analisar o resultado da vacinação e delinear a demanda e o perfil dos usuários (CERQUEIRA, 2016).

Por possuir conhecimento técnico-científico deve estar à disposição para esclarecer dúvidas dos usuários, tais como indicações e contraindicações daquela vacina, realizar educação em saúde da população, combater *fake News*², buscar os

² Notícias intencionalmente falsas distribuídas como notícias reais com o intuito de gerar desinformação.

faltosos, transmitir a importância sobre a necessidade de obedecer aos prazos do CNV (TRINDADE, 2019).

Apesar da presença de técnicos e/ou auxiliares de enfermagem ser maior nas salas de vacina, é inegável o tamanho e grande número de responsabilidades que o enfermeiro possui dentro desse setor. Para garantir o sucesso do PNI é de grande importância a atuação direta do enfermeiro dentro da sala de vacinas, planejando, coordenando, supervisionando e executando ações a fim de garantir a efetividade deste setor tão indispensável para a saúde pública (TRINDADE, 2019).

3.5 O enfermeiro na atenção básica no processo da cobertura vacinal

A atenção básica é a principal porta de entrada do SUS, onde atende as principais necessidades da comunidade, atuando no âmbito individual e coletivo. Onde são fornecidas ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e é executada por uma equipe multiprofissional de forma integral e gratuita (BRASIL, 2017).

O enfermeiro realiza dentro da Unidade de Saúde da Família (USF), ações e serviços para garantir a atenção à saúde dos usuários cadastrados, para isso ele realiza consulta de enfermagem, palestra, visita domiciliar, atua na gestão, entre outros. Dentre as suas atribuições na USF, destaca-se a atuação de forma direta e indireta dentro da sala de vacina em conjunto com os demais profissionais de enfermagem que atua na administração dos imunobiológicos (TRINDADE, 2019).

Os enfermeiros são indispensáveis para a prática de vacinação, pois possuem conhecimento técnico científico para identificar em tempo hábil respostas por exemplo de situações de Efeitos Adversos Pós Vacinação (EAPV), erros de administração dos imunobiológicos, benefícios do cumprimento do calendário nacional de vacinação e realizar a busca ativa dos não vacinados (TEIXEIRA, 2019).

Vários fatores podem levar a população a não se vacinar o que pode contribuir para a baixa cobertura vacinal, entre eles a incompreensão da importância da vacinação, o desabastecimento parcial de algumas vacinas, o desaparecimento de algumas doenças imunopreveníveis que fez com que algumas pessoas recusem a

vacina, falta de conhecimento do profissional durante administração do imunobiológico, desconhecimento sobre a gravidade da doença (BRAZ, 2016).

A hesitação vacinal se propaga pela falta de segurança encontrada nos usuários frente as informações desclassificadas vinculadas nos meios de comunicação, demonstrando então a necessidade de profissionais qualificados para orientar, acolher e apresentar disposição habitual com interesse no desempenho positivo da imunização. (FRUGOLI *et al.*, 2021).

Para garantir o sucesso do PNI com uma cobertura vacinal satisfatória, torna-se imprescindível aumentar a permanência dos enfermeiros dentro da sala de vacina, para que realize o acompanhamento da vacinação do grupo-alvo de cada vacina disponível, monitore constantemente todo o processo vacinal, a fim de minimizar/acabar com a falta de informações que ali atuam e promover a confiança da população com a equipe responsável pela administração dos imunobiológicos (TEIXEIRA, 2019).

3.6 O impacto na morbimortalidade das doenças imunopreveníveis, avaliando os fatores que permitem o recrudescimento dessas doenças.

Atualmente, tem sido realizado estudos epidemiológicos para avaliar o impacto na morbimortalidade por doenças imunopreveníveis após a inserção do PNI, com o intuito de verificar se existe deficiência na estratégia de vacinação, para se necessário realizar as devidas alterações no CNV. Onde já foi possível observar, que pessoas imunizadas de forma correta há uma diminuição na taxa de hospitalização e morte por doenças preveníveis através da vacinação (DOMINGUES, 2019).

Além da hesitação vacinal vários outros motivos permitem o recrudescimento das doenças que podem ser evitadas através da vacinação, como exemplo o desconhecimento e a gravidade de doenças que já foram erradicadas pela vacinação, levam algumas pessoas a não querer ser vacinadas. (CAMARGO JR, 2020)

Outros motivos encontrados foram a não aceitação do esquema vacinal devido ao número elevado de imunizantes aplicados simultaneamente, pois os pais acreditam sobrecarregar o sistema imunológico, onde já foi comprovado que não existe comprometimento para a saúde da criança. Os EAVP, que geralmente apresentam de forma leve como dor e vermelhidão no local da aplicação (DOMINGUES, 2019).

Outro fator que permite a não vacinação de crianças no período adequado é a incompatibilidade do horário do responsável em levar a criança para a vacinação com o horário de funcionamento das unidades de saúde que dispõe sobre esse serviço. Para isso o MS instituiu em maio de 2019, o Programa Saúde da Hora que estende o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) (DOMINGUES, 2019).

As falsas informações vinculadas na internet proporcionam grandes impactos, nos seus leitores condicionado a dúvidas para a realização da imunização, com isso ocorre evasões nas salas de vacina evidenciada na baixa cobertura vacinal de algumas faixas etárias. (VIEGAS, 2019)

É de responsabilidade do enfermeiro combater *fake News*, promover a educação permanente de todos que trabalham na sala de vacina, já que nos últimos anos o CNV ficou mais hermético, principalmente em situações de atraso vacinal. Para assim prevenir e combater os diversos motivos que podem levar a não vacinação, o enfermeiro deverá elaborar práticas eficientes junto com a equipe de enfermagem a fim de garantir educação em saúde para a população sobre os benefícios da adesão ao CNV (TEIXEIRA, 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro apresenta a caracterização dos artigos analisados, a partir da descrição de ano de publicação, título, autores, metodologia, conclusões e nível de evidência.

Autor/Ano de publicação	Título	Objetivo	Síntese/Considerações
Braz, Rui M. Et AL.2016	Classificação de risco de transmissão de doenças imunopreveníveis a partir de indicadores de coberturas vacinais nos municípios	Descrever a classificação de risco de doença imunopreveníveis nos municípios brasileiro	Conclui-se que a enfermagem utiliza-se de relatórios epidemiológicos para verificar os municípios que estão com baixa cobertura vacinal para intensificar suas

			campanhas e obter êxito no novo indicador.
Glowacki, Patrícia S. M. freire, 2017	Manual de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações	É estabelecer referencial teórico e operacional capaz de fomentar o mínimo de unidade de procedimento, fundamento para garantir um dos aspectos mais importantes na qualidade e segurança dos imunobiológicos disponibilizados pelo PNI desde o laboratório produtor até o momento em que o produto é ofertado população brasileira..	Percebe se que a enfermagem utiliza o PNI, para garantir a qualidade da imunização dentro de todo nosso território brasileiro, através dele traçamos estratégia para aplicamos os imunobiológicos De forma adequada com eficácia, seguindo suas normativas pra asseguramos a qualidade dos insumos.
Sato APS, Rev. Saúde Pública, 2018	Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil?	Evidencia o exitoso Programa Nacional de Imunizações do Brasil tem vivenciado grandes desafios com relação às coberturas vacinais infantis que tem apresentado queda.	Atentou se que o enfermeiro busca através de seu papel de orientador, Minimizar a evasão da sala de vacina através de palestras, que desconstrua as informações falsas que andam causado a hesitação vacinal, para com essas ações educacionais possamos alavancar as campanhas e a cobertura vacinal
Swingle, Christopher A. Missouri Medicine, 2018	Como abordamos as atitudes antivacinação?	Desenvolve sobre a temática da antivacinação que ocorre nos dias atuais, mostrando como o movimento acontece e quem o segue, assim como, atitudes que podem	Notou-se que o enfermeiro deve demonstra segurança na administração dos imunobiológicos, tendo conhecimento específico, prático e tratamento humanizado,

		serem tomadas para evitar a pauta .	trazendo assim confiança aos usuários.
Viviane, B.T. et al. Revista Nursing,2019	Os desafios do profissional de enfermagem para uma cobertura vacinal eficaz	Descrever os desafios encontrados pelos profissionais de enfermagem para uma cobertura vacinal eficaz.	Reparou se que o enfermeiro deve fiscalizar, orientar, para garantir qualidade da organização da sala. Quanto no armazenamento dos imunobiológicos como no monitoramento, das técnica e manuseio dos insumos.
VIEGAS <i>et al.</i> Rev. al,Avances em Enfermeria 2019	Preciso mesmo tomar vacina ?Informação e conhecimento de adolescente sobre as vacinas?	Descrever o conhecimento dos adolescentes do 9º ano do ensino fundamental de escola públicas sobre vacinas as doenças imunopreveníveis e as doenças transmissíveis	Compreendeu-se a necessidade do papel do enfermeiro como educador, para desconstruir no público dessa faixa etária as informações erradas vinculadas na internet. Realizando a intensificação das campanhas de saúde pública com objetivo de buscar os faltosos reduzindo assim os altos indices dos adolescentes evadidos.
Silva ABS et al. Rev. Bras. Promoção da Saúde,2019.	Indicadores de cobertura vacinal para classificação de risco de doenças imunopreveníveis	Descrever os indicadores de cobertura vacinal e o risco de transmissão de doença imunopreveníveis.	Demonstra o papel da enfermagem na minimização dos agravos em busca dos usuários que se evadiram da sala de vacina..
OMS, 2019.	Dez ameaças à saúde global em 2019	Apresentar um plano que irá ajudar a garantir o benefício do acesso	Descreve a enfermagem como atuante na cobertura vacinal, na busca de

		<p>á cobertura universal de saúde, para atingir essa meta será necessário abordar as ameaças á saúde de vários ângulos.</p>	<p>metas que eleve os indice, com abordagem. Baseadas no PNI.</p>
<p>Junior, VLP, Cad. Ibero Am. Direito Sanit, 2019.</p>	<p>Anti-vacinação, um movimento com várias faces e consequências</p>	<p>A discussão e pesquisa, mas a ignorância, a facilidade da disseminação de informações falsas e a ascensão de políticas populistas têm sido implicadas pelo autor.</p>	<p>Pôde-se perceber que no artigo encontramos o impacto da vinculação de informações falsa que acarreta na evasão e diminuição da cobertura vacinal, o enfermeiro através de campanhas de vacina pode mudar essa problemática.</p>
<p>Camargo Jr. KR Cad. Saúde Pública,2020.</p>	<p>Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet</p>	<p>Debater os possíveis motivos do ressurgimento do ativismo antivacina nos últimos anos com base na literatura e na experiência do próprio autor.</p>	<p>O estudo do artigo apresenta o ressurgimento do ativismo, como principal barreira para avanços na cobertura demonstrado a necessidade da enfermagem que estar de frente nesse confronto .</p>
<p>Domingues CMAS et al. Cad. Saúde Pública,2020.</p>	<p>46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados</p>	<p>Realizar uma análise do sucesso da imunização dentro do país e a redução de agravos, pelas conquistas alcançadas pelo programa em longo prazo.</p>	<p>Os estudo demonstra os avanços do PNI, e a importância de sua realização contribuiu para erradicação de doença, Através de profissionais de enfermagem qualificados dinâmicos na sua utilização</p>
<p>Frugoli et al. Rev.esc.Enferm. USP,2021</p>	<p>Fakes News sobre vacinas uma análise sob o modelo 3cs da</p>	<p>Analisar as fakes News sobre imunobiológicos</p>	<p>Observo se que é fundamental que o enfermeiro tenha</p>

	organização mundial de Saúde	como referência a hesitação vacinal no modelo 3cs (confiança, complacência e conveniência)	conhecimento científico e técnico, para desfazer fakes News proporcionado confiança a indivíduos que apresenta dúvidas para realizar sua imunização sendo ele profissional que lidera a sala de vacina.
Nascimento, <i>et al.</i> , Rev. COFEN. GO V2021	Práticas de enfermeiros sobre imunização construída e compartilhada de tecnologia educacional	Conhecer a percepção de enfermeiros da Atenção Primária em Saúde a respeito dos conhecimentos dos usuários sobre imunização identificar: Construir de forma compartilhada uma tecnologia educacional sobre imunização.	Percebe se que o enfermeiro tem conhecimento de introduzir informação de qualidade aos usuários. Sendo atualizado para assim qualificar as equipes que executa as ações educativas em saúde ,com excelência tecnológica.
MORAIS; QUINTILIO, Rev. Interfaces, 2021	Fatores que levam a baixa cobertura vacinal de crianças e o papel da enfermagem	Avaliar os fatores que interferem na cobertura vacinal de criança e o papel da enfermagem nesse processo.	Nota se que a enfermagem proporciona medidas educativas que fomentam campanhas que alcança o público alvo , através de sistemáticas que trazer organização mediante as interferências atuais que afasta os usuários gerando a queda a cobertura vacinal .
MIHALIUC <i>et al.</i> , Rev. COFEN. GOV 2021.	Guia de enfermagem na atenção primária á saúde :contribuição Acadêmica para a pratica clínica .	Relatar a experiência da produção do Guia de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde de forma a consolidar em material prático,	Conclui se que o guia estimula novos profissionais a se atualizarem e elaborem novos guias para melhor qualificar a assistência de enfermagem na atenção primária .

didático e de rápido
acesso às
informações
essenciais para
cada perfil de
atendimento

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a vacinação é uma das mais importantes formas de prevenção de doenças imunopreveníveis, e a não utilização dessa medida de prevenção pode representar um risco para a população, faz-se necessário resgatar a importância do cumprimento do calendário vacinal ele oferece proteção para todas as faixas etárias salientando que o mesmo é gratuito e direito de todos que estão no território brasileiro. Necessitamos desconstruir as falsas informações que conduziram a redução do público nas salas de vacinas, Para que com isso possamos ter o controle e/ou erradicação de doenças e diminuir a taxa de morbimortalidade por doenças que podem ser combatidas através da administração desses imunobiológicos.

Essa imunização realizada de forma correta possibilita uma alta taxa da cobertura vacinal, que através desses indicadores positivos conseguimos com sucesso realizar a promoção, prevenção e recuperação de indivíduos acometidos por doenças imunopreveníveis, Com campanhas intensificadas, voltadas para a orientação, Com isso resultará a diminuição da ausência desses indivíduos na sala de vacina isso é inevitável .

O impacto da falta de qualificação profissional junto com administração medicamentosa quanto à dosagem, via de administração data de validade dos insumos e armazenamento inadequado dos imunobiológicos acarreta na eficácia do serviço de saúde, apresentando perdas irreparáveis aos resultados esperados. Logo, se faz necessário descrever a importância do enfermeiro frente ao combate dos fatores da morbimortalidade através do PNI, onde atua de forma direta em todas as etapas de imunização, fiscalizando todo o processo na atenção básica monitorando as práticas , notificando os efeitos adversos. Apresentando aos usuários cadastrados na USF, consulta de enfermagem, visita domiciliar, orientações a respeito de efeitos colaterais, busca pelos faltosos. Estabelece metas e estratégias para melhor

divulgação da importância da vacina através de meios de comunicação e da educação permanente de toda a equipe e educação em saúde da população adstrita. Reduzindo as complicações, com ações e serviços qualificados para o monitoramento, do avanço de doença,.

Para que só assim possamos ter um aumento da adesão vacinal e uma redução das doenças imunopreveníveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização**. Disponível em: <http://pni.datasus.gov.br/apresentacao.asp>. Acesso em: 11, fev. 2021.

_____. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências Diário Oficial da união 1990; 20 set. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8080-19-setem bro-1990-365093-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14, mar. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 2.436 de 21 de setembro de 2017, Brasília, 2017**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 15, mar. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Manual de Rede de Frios do Programa Nacional de Imunização**. 5 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/dezembro/15/rede_frio_2017_web_VF.pdf. Acesso em: 11, fev. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Manual dos Centros de Referências para Imunológicos Especiais**. 5 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://sbim.org.br/images/calendarios/manual-centros-referencia_imunobiologicos-especiais-5ed-web.pdf. Acesso em: 24, abr. 2021.

_____. Ministério de Saúde. **Calendário Nacional de Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2020**. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/files/imunizacao/calendario/Calendario.Nacional.Vacinacao.2020.atualizado.pdf>. Acesso em: 24, abr. 2021.

_____. Ministério de Saúde. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf. Acesso em: 24, abr. 2021.

BRAZ, Rui Moreira et al. Classificação de risco de transmissão de doenças imunopreveníveis a partir de indicadores de coberturas vacinais nos municípios brasileiros. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 25, p. 745-754, 2016.

ROCHEL DE CAMARGO JR, Kenneth. Herewe go again: ther eemergenceo fanti-vaccinea ctivismonthe Internet. **Caderno de saúde publica** v. 36, p. e00037620, 2020.

SANTA BARBARA, Josele de Farias Rodrigues; DE ARGOLO CERQUEIRA, Isis Thamara. ATUAÇÃO DA ENFERMEIRA NA SALA DE VACINAÇÃO DE UNIDADES

DE SAÚDE DA FAMÍLIA: DIFICULDADES E FACILIDADES. In: **11º Congresso Internacional da Rede Unida**. 2014.

DOMINGUES, Carla Magda Allan Santos et al. Vacina Brasil e estratégias de formação e desenvolvimento em imunizações. 2019. **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 28, n. 2, 2019.

_____. 46 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma história repleta de conquistas e desafios a serem superados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

SATO, Ana Paula Sayuri. Qual a importância da hesitação vacinal na queda das coberturas vacinais no Brasil? **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 96, 2018.

TEIXEIRA, Viviane Botelho et al. Os desafios do profissional de enfermagem para uma cobertura vacinal eficaz. **Nursing (São Paulo)**, v. 22, n. 251, p. 2862-2867, 2019.

VIEGAS, Selma Maria da Fonsceca et al. **PRECISO MESMO TOMAR VACINA? IINFORMAÇÃO E CONHECIMENTO DE ADOLESCENTE SOBRE AS VACINAS**. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-45002019000200217. Acesso em: 24 abr. 2021.

TRINDADE, Alexsander Augusto et al. As implicações práticas do enfermeiro em saúde da família: um olhar sobre a sala de imunizações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 19, p. e263-e263, 2019.

FRUGOLI, Alice Gomes et al. **Fakes news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3cs da organização mundial da saúde**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2020028303736>. Acesso em: 24 mar. 2021

MIHALIUC, Dormitilia de Macedo et al. **Guia de enfermagem na atenção primária à saúde :contribuição acadêmica para a pratica clínica**. 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/5227>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MORAIS, Jakeline Nascimento; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. **Fatores que levam á Baixa Cobertura vacinal de Crianças e o Papel da Enfermagem**. 2021. Disponível em: <https://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/903>. Acesso em: 24 mar. 2021.

NASCIEMENTO, Camila Cristina Lisboa do et al. **Práticas de enfermeiros sobre imunização: construção compartilhada de tecnologia educacional**. 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4065>. Acesso em: 20 set. 2021.

